
A URBANIZAÇÃO NO NORDESTE E A ESTRATÉGIA ESPACIAL DE DESENVOLVIMENTO

JORGE NEVES(*)

O desenvolvimento econômico e social do Nordeste vem repercutindo intensamente no processo de urbanização, provocando uma verdadeira "explosão urbana". O crescimento das cidades, principalmente aquela que é representado pelas zonas de marginalização, não guarda uma relação de proporcionalidade com o grupo de atividades dos setores terciário e secundário, cujo incremento na oferta de empregos está muito abaixo do número daquêles que se incorporam à vida urbana.

Este fato, entretanto, não é um fenômeno isolado. Indica apenas que o NE repete, dentro de suas características específicas, as tendências típicas das cidades nas regiões subdesenvolvidas.

A quase totalidade dos estudos, ora realizados no meio urbano do continente africano, asiático ou mesmo na América Latina, conclui que as cidades crescem mais do que "deviam", em relação ao desenvolvimento dos seus meios estruturais.

A caracterização de regiões subdesenvolvidas inclui, como um dos indicadores mais seguros, a expansão anárquica das cidades, configurada no alastramento periférico de edificações

de baixo padrão, aliado aos adensamentos populacionais.

Estas constatações, por outro lado, têm sido interpretadas por muitos técnicos, administradores, políticos e mesmo por alguns especialistas, como uma "ameaça" ou, pelo menos, como o prenúncio de "crises sociais", para as quais não têm faltado recomendações técnicas "internacionais", "planos" de "fixação do homem no campo", e mesmo, algumas "teorias" sobre planejamento familiar e controle da natalidade.

No Governo do Presidente Johnson dos Estados Unidos um comitê de alto nível dirigido pelo Ministro da Saúde era de opinião que a redução das taxas excessivas de crescimento populacional aceleraria o desenvolvimento das nações pobres. A mesma recomendação os Estados Unidos fizeram para a Índia (Relatório PEARSON) e para outras nações, chegando algumas delas a adotarem certos métodos e promoverem campanhas, visando controlar o tamanho das famílias. Organismos internacionais, igualmente, têm procurado uma solu-

* O autor é arquiteto, Professor da Escola de Arquitetura e do Instituto de Geo-Ciências da Universidade Federal do Ceará.

ção para o rápido crescimento da América Latina, buscando, inclusive uma taxa de crescimento demográfico compatível com determinado “modelo econômico” capaz de absorver o aumento da mão-de-obra. Recentemente o Sr. Robert Mac Namara, Presidente do Banco Mundial, e ex-mandatário das forças armadas dos Estados Unidos, declarou que “não há fenômeno que ameace mais o desenvolvimento internacional do que o agudo crescimento demográfico”... “não há planejamento econômico bem concebido, caso não se compreendam e não se combatam as conseqüências do crescimento da população”.

Sem entrar no mérito destas “recomendações” e “teorias”, e, especificamente no caso do NE brasileiro, faz-se necessária a revisão do processo de urbanização nas últimas décadas e seu relacionamento natural com o desenvolvimento econômico e social.

Para melhor apreender os aspectos da urbanização nordestina é útil considerar os seguintes pontos:

a) tendência da participação da população urbana nos últimos vinte anos;

b) distribuição da população no espaço nordestino;

c) classificação das cidades, dentro dos enfoques relativos ao seu dimensionamento regional, sua evolução e suas condições como centro de serviços;

d) localização atual das cidades e a perspectiva face a uma estratégia espacial de desenvolvimento.

Tendência da Participação da População Urbana

A primeira abordagem — tendência da participação da população urbana nos últimos vinte anos — poderia, de certa forma, parecer tranquilizadora àqueles que vêem violenta migração campo-cidade. Pois a distribuição da população urbana do NE, em comparação com a do país, é inferior à média nacional, como se pode ver na tabela 1.

A menor participação nos últimos vinte anos da população no meio urbano do NE, em relação ao país, não significa, rigorosamente, menor intensidade no fenômeno. Pois para esta região deve-se levar em conta a fragilidade das estruturas urbanas e todo o conjunto de problemas daí resultantes.

Considere-se também que o Brasil, em relação à América Latina, situa-

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL E NO NORDESTE

Ano	Brasil	NE
1950	31%	26%
1960	39%	34%
1970	45%	42%

Fonte: IBGE — Censos Demográficos.

se pouco abaixo da média. Significa que no continente nem o país como um todo, nem o NE como uma região territorial e demograficamente maior que a maioria dos países Latino-Americanos, podem ser classificados no estágio mais agudo da "urbanização".

Examine-se a seguir a localização da população no espaço nordestino.

Distribuição Espacial da População

Como hipótese de trabalho, partindo de uma divisão do espaço Nordestino em três grandes áreas: uma litorânea, outra intermediária e, uma última, interioranda propriamente dita, pode-se concluir sobre outro importante aspecto o processo de urbanização na região. No cartograma que se segue (*Distribuição da População no NE — 1970*) verifica-se que se acumularam, na primeira faixa que dista em média 100 km do litoral, cerca de 63,3% da população total do NE; na faixa intermediária, até 300 km, em média, do litoral distribuem-se 21,1% e, no "hinterland", apenas 15,6% do total da população do NE.

Por outro lado, excluindo poucas regiões, de especiais condições naturais, a densidade do NE é bastante rarefeita: — no litoral é de 38,7 habitantes por km², tendo apenas na Serra de Borborema, na Paraíba, alcançado 200 hab/km², na Serra de Baturité, no Ceará, 80 hab/km² e na Zona da Mata, Pernambuco e Recôncavo Bahiano, alcançado 60 hab/km². Esta faixa corresponde a 24,2% da região NE — na área intermediária a densidade média é de 12,4 hab/km² equivale a 23,3% do território nordestino — no "hinterland", tipicamente sertanejo, a densidade média é

de 3,7 hab/km² e estende-se por 52,5% da região NE. Portanto, como um todo, o NE não possui elevadas densidades nem mesmo na faixa litorânea de maior concentração.

Classificação das Cidades

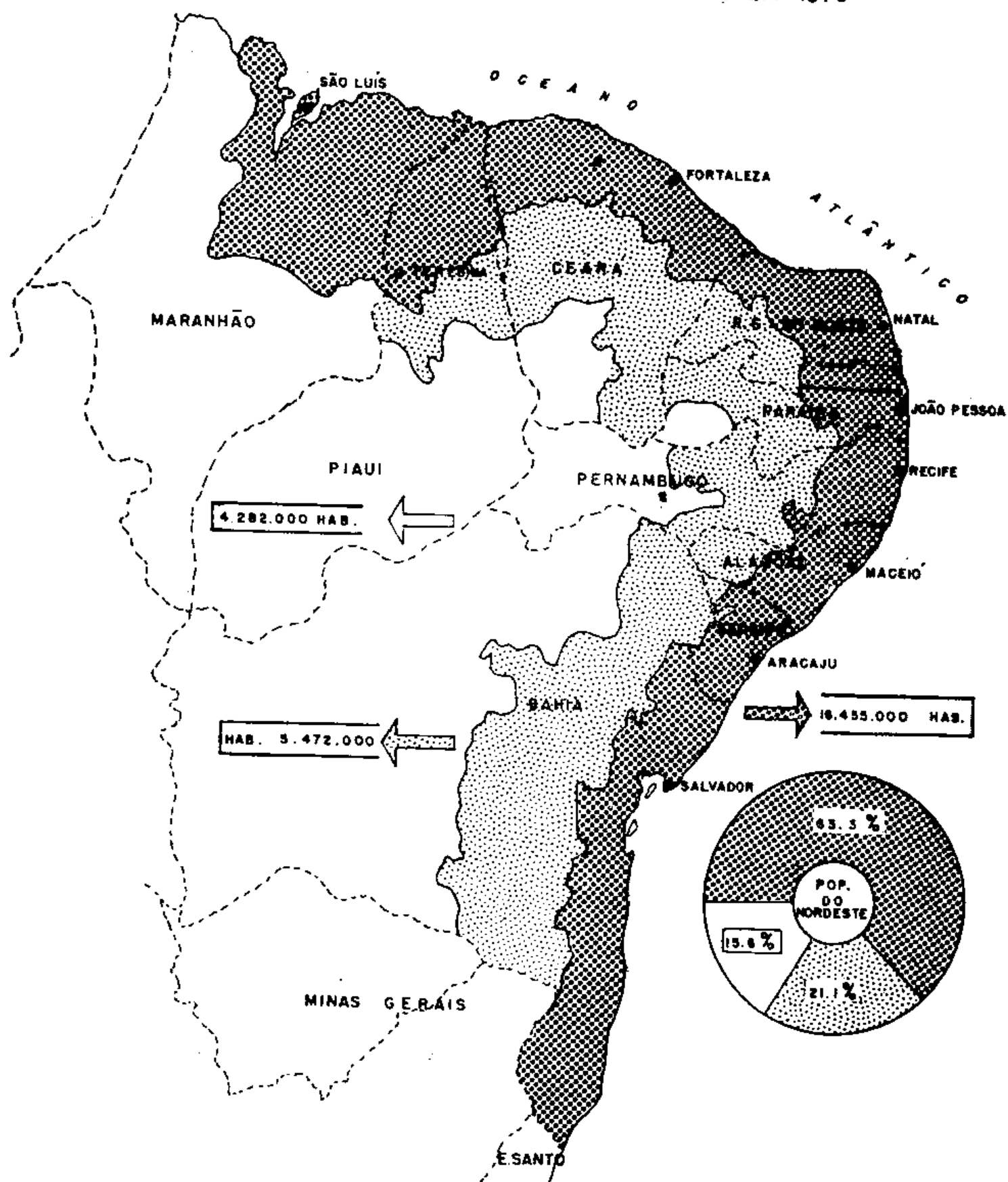
A idéia de classificar as cidades quanto ao dimensionamento de sua população e condições de Centro de Serviços ⁽¹⁾ é um dos processos simples e esclarecedores de um número vasto de problemas de macro-geografia urbana.

O primeiro passo consiste em distribuir as cidades por faixas populacionais, relacionando-as com as concentrações globais de cada grupo. Logo após, tentar caracterizar, em função dos serviços que congregam, sua escala de importância na rede urbana. Com razoáveis probabilidades tem-se uma idéia da tendência da concentração da população em determinados grupos de cidades, assim como a identificação das faixas de maior crescimento.

Uma das constatações mais significativas sobre a distribuição da população por grupos de cidades, é, exatamente, a concentração de forte contingente humano em apenas 7,7% das cidades; todas com mais de 20.000 habitantes. Ou seja, 77 cidades reúnem 67,9% da população urbana das sedes municipais.

¹ **Centro de Serviços** — é o conjunto de funções urbanas de interesse local ou regional que caracterizam uma cidade. O comércio, a rede bancária, o ensino em seus diversos graus, o sistema médico-hospitalar etc., são os principais tipos de serviços que, através de determinados critérios, fixam uma hierarquia entre as cidades. Em função da maior ou menor importância destes serviços é possível avaliar a influência regional de uma cidade.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO NORDESTE EM 1970



Os 922 aglomerados populacionais restantes possuem 32% da população urbana.

Esta ocorrência propõe, entre outras, duas considerações relevantes:

- a) a significação urbana dos aglomerados populacionais com mais de 20.000 habitantes;
- b) a identificação dos grupos de cidades que estejam registrando um processo de crescimento acelerado.

Na primeira (a) está implícito em se considerar um grande número de cidades com poucas condições de assim serem classificadas.

A geógrafa Lysia Bernardes, no estudo sobre a classificação dos Centros de Serviços para 1960, já afirmava que das 604 cidades estudadas "... cerca de 60%, ou melhor, 363, sedes municipais formam a categoria inferior. Não mereciam sequer a designação de cidades, por serem quase que totalmente desprovidas de serviços".

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES POR FAIXA POPULACIONAL NORDESTE
1970

Grupos de Cidades (em Habitantes)		Número de Cidades	%	Pop. Faixa (em 1.000 hab)	%
de 500 a	2.000	365	36,6	405,2	3,8
de 2.001 a	10.000	494	49,4	2.155,2	20,1
de 10.001 a	20.000	63	6,3	878,7	8,2
de 20.001 a	45.000	50	5,0	1.345,2	12,5
de 45.001 a	100.000	13	1,3	841,1	7,8
de 100.001 a	500.000	11	1,1	2.106,9	19,5
mais de	500.000	3	0,3	3.015,2	28,1
Total		999	100	10.747,4	100

Fonte dos dados básicos: IBGE

Em 1970, o panorama devia estar modificado, principalmente considerando que nos últimos dez anos surgiram 46 cidades com população superior a 20.000 habitantes. Mesmo assim, as tentativas realizadas no sentido de reclassificar os Centros de Serviços para 1970 surpreenderam.

Utilizando critérios mais rigorosos para avaliar a influência dos serviços e equipamentos urbanos no NE como um todo, constatou-se que 861 sedes municipais são do tipo de centros de interesse local ou nucleações semi-urbanas. Em outras palavras, o precá-

rio equipamento que possuem não atende nem à população local, e, conseqüentemente, não atraem os habitantes das vizinhanças, tendo êstes que se deslocarem para centros maiores na busca daqueles serviços indispensáveis à organização comunitária e que servem para classificar os centros urbanos: a assistência médico-hospitalar, ensino médio, comércio especializado, estabelecimento de crédito etc.

Portanto, 86,22% das 999 cidades estudadas em 1970 apresentam características apenas tradicionais de centros urbanos, seu dinamismo interno

é quase nulo e seu relacionamento limitado. Muitos destes lugarejos (sedes municipais) apresentam maior vitalidade por se encontrarem nos eixos viários troncos do NE, especialmente na direção sul, BR-116 e BR-112; no litoral, BR-101; nas direções leste-oeste, representadas pela BR-230 na Paraíba e BR-232 em Pernambuco. Assim, seria possível formular critérios menos rigorosos e obter uma categoria de pequenos centros emergentes, diminuindo para, aproximadamente, 500 o número de cidades de categoria inferior do tipo semi-urbano.

De qualquer forma é forçoso reconhecer que a estrutura urbana da grande maioria das cidades do NE é extremamente frágil e merece um estudo específico.

O grupo restante, isto é, as 138 cidades de maior hierarquia na rede urbana do NE, por seu lado, não representa muito, numericamente, considerando o vasto território em que estão distribuídas e sua população.

Deste grupo, 54 cidades estão na faixa populacional superior ou muito próximo de 20.000 habitantes. Mediante critérios relativos ao grau de influência regional podem ser assim classificados:

Metrópoles Regionais: Recife, Salvador e Fortaleza; as três cidades atingiram em 1970 os 28,1% da população urbana da totalidade das sedes municipais nordestinas.

Formam ao lado das grandes cidades brasileiras e seu ritmo de crescimento é incontável. Ainda que se procure, através de medidas municipais, uma orientação do crescimento físico das mesmas, muito pouco está sendo alcançado. As Prefeituras pouco

aparelhadas tecnicamente se situam aquém do enfoque macro-geográfico urbano exigido pelo problema.

Centros Administrativos e Grandes Centros: correspondem às capitais dos Estados e mais 15 cidades que exercem definida influência regional assim distribuídas: na Bahia — Alagoinha, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista; em Pernambuco — Garanhuns, Caruaru e Jaboatão; na Paraíba — Campina Grande; Mossoró, no Rio Grande do Norte; Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará e Parnaíba, no Piauí.

Médios Centros: reúnem 30 cidades. Constituem centros em processo de organização. Muitos deles já congregaram equipamentos urbanos incompletos de interesse regional. Considerando as disponibilidades regionais, alguns fazem o papel de grandes centros dentro do seu território imediato de influência. Os Médios Centros são representados no Maranhão por Bacabal, Caxias e Codó; no Piauí por Floriano; no Ceará por Crateus e Iguatú; no Rio Grande do Norte por Caicó, na Paraíba por Cajazeiras, Patos, Santa Rita e Souza; em Pernambuco por Arco Verde, Timbaúba, Pesqueira, Serra Talhada e Petrolina; em Alagoas por Palmeira dos Índios, Arapiraca e Penedo; em Sergipe por Campo do Brito, Estância ou Propriá; na Bahia por Itapetinga, Santo Amaro, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus.

Na avaliação dos Médios Centros prevaleceu o critério da importância da infra-estrutura urbana e dos equipamentos organizados ou em organização, especialmente dos setores de abastecimento local, médico-hospitalar, ensino médio e técnico, comércio e es-

tabelecimentos bancários. A falta de dados, entretanto, pode ter ocasionado a omissão de uma ou mais cidades em cada um dos Estados que, na verdade, deveriam estar incluídas nesta faixa. Esta falta, muito provável, não invalida as considerações já feitas sobre a fraca armadura urbana das cidades do Nordeste.

Abaixo dêste grupo, completando o número de cidades que, sem maiores

estudos, situam-se com nitidez dentro da rede urbana regional, estão os *Pequenos Centros*, em número de 84 ou pouco mais.

Relacionando, com aproximação, a tentativa de classificação das cidades com percentual da população concentrada por cada tipo, tem-se o seguinte quadro:

Verifica-se que mais de 50% da população urbana das sedes está reunida

TABELA 3
CONCENTRAÇÃO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DAS
CIDADES — NORDESTE, 1970

Classificação	Concentração de População %	N.º Cidades
Metrópoles Regionais	28,1	3
Grandes Centros Administrativos	27,3	23(*)
Médio e Pequeno Centro	20,7	112
Centro de Interesse		
Local e Nucleações semi-urbanas	23,9	861
	100,0	999

(*) Incluídos dos Médios Centros na categoria de Grande Centros.

em apenas 26 cidades — aquelas que reúnem os melhores e mais variados serviços da Região.

O enfoque (b), relativo à identificação do grupo de cidades que têm seu crescimento acelerado, pode ser realizado através de análise do incremento da população nas últimas décadas, nos dois grupos principais de cidade: as maiores de 20.000 habitantes e as restantes. O gráfico que se segue mostra com clareza a tendência de um e do outro grupo.

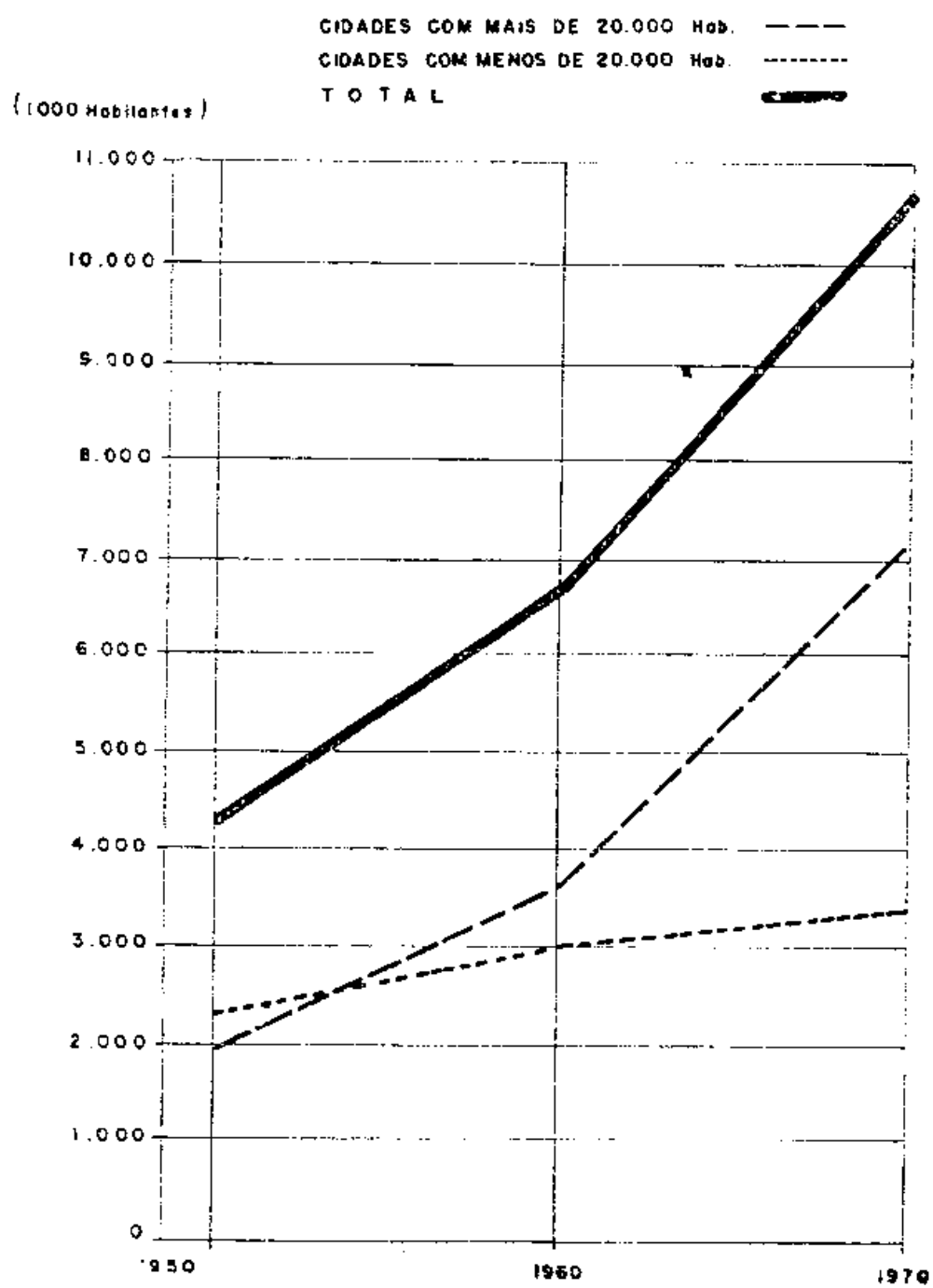
Parece que se torna bem nítido que o aumento da população nas pequenas

cidades, em número de 800 ou mais, é mais estável e de pouca significação. Contraditoriamente, suas taxas, bastante baixas, são comparáveis aos centros urbanos dos países desenvolvidos. Em confronto, as poucas cidades, com mais de 20.000 habitantes, concentram expressiva população em ritmo acelerado.

Localização das Cidades

Após analisar sumariamente a participação da população urbana nas duas últimas décadas, a distribuição

CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS CIDADES DE MAIS DE 20.000 HABITANTES (1950 - 1970)



do contingente humano e tentar classificar os aglomerados urbanos, surge, conseqüentemente, o aspecto locacional das cidades do NE.

Tomando a mesma divisão que servia para o estudo da distribuição da população, constata-se que os centros urbanos hierarquizados (Metrópoles Regionais, Centros Administrativos, Grandes, Médios e Pequenos Centros), perfazendo ao todo 138 cidades, têm a seguinte localização:

- na faixa litorânea 124 cidades
- na faixa intermediária 18 cidades
- no “hinterland” 4 cidades

Deve-se ainda ressaltar que das 18 situadas na faixa intermediária apenas 4 aglomerados são classificados como Grandes Centros. Trata-se das cidades bahianas de Jequié, Vitória da Conquista, e das cidades cearenses de Crato e Juazeiro do Norte. As demais são médios e pequenos Centros. No “hinterland” existem apenas três Médios Centros: Floriano (Pi), Petrolina (Pe) e Juazeiro do Norte (Ce). As outras centenas de cidades, destas duas vastas faixas do território nordestino, não apresentam as características dinamizadoras regionais e estão classificadas entre os pequenos Centros, Centros de interesse local ou nucleação semi-urbanas.

Parece incontestável que a localização das cidades nordestinas revela todo um processo histórico de ocupação territorial, além de caracterizar, na atualidade, a fraca estrutura urbana, incapaz de regionalizar, ou melhor, de interiorizar o desenvolvimento. O Cartograma que se segue indica a localização das mais importantes cidades face às três áreas consideradas.

Convém recordar que a tendência de localização periférica das grandes cidades decorre da distribuição das atividades econômicas desde o passado colonial.

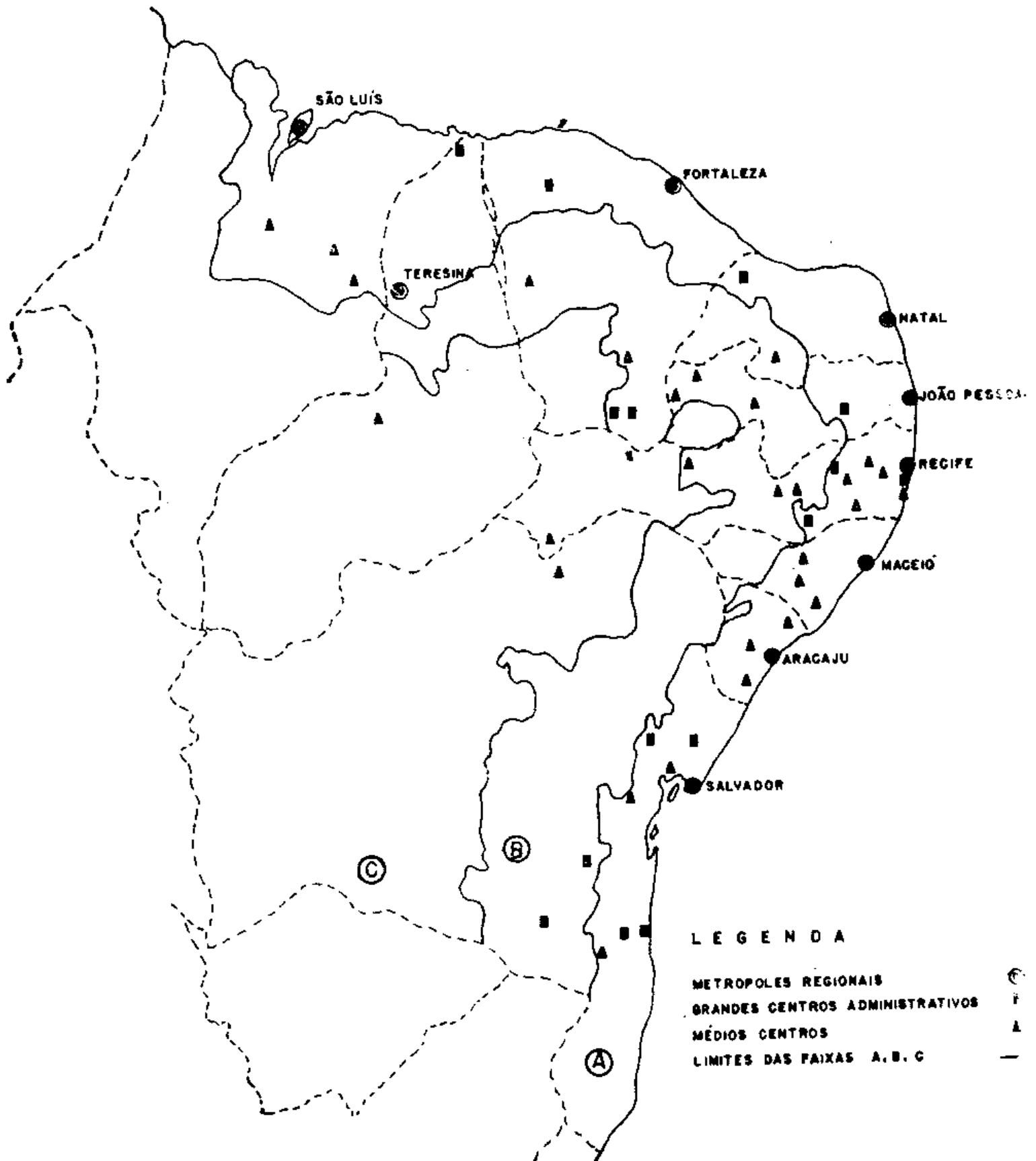
Fortaleceram-se aqueles pontos estrategicamente implantados, em função dos interesses exportadores da Metrópole, da segurança e das melhores condições naturais para uma ou outra cultura local de subsistência.

A penetração do povoamento foi lenta e encontrou obstáculos na agressividade do meio físico, na carência do elemento colonizador e também na falta de rios navegáveis.

Assim, durante dois séculos, predominou a ocupação dispersa, baseada em doações de caráter semi-feudal para “interessados” devidamente selecionados “que tivessem condições de cultivar áreas devolutas”... Na faixa litorânea para “aqueles que pudessem construir engenhos”, aos quais, como incentivo à indústria açucareira, foi permitido o emprêgo de escravos. A posse do interior nordestino, através das fazendas de criação, necessitou um longo período para gerar concentrações humanas significativas. Mesmo assim, quando surgiam, eram estruturados nos modelos dos senhores rurais.

Surgia assim, uma nova classe, dos senhores de engenho e fazendeiro. Uma aristocracia rural que estruturou o latifúndio, mais como fator de prestígio do que uma riqueza a explorar. Esta classe tornou-se atuante na Colônia, decisiva no Império e de grande influência na República. Conseguiu alcançar os dias atuais, em certas regiões do Nordeste, com as mesmas

LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE MAIS DE
20.000 HABITANTES NO NORDESTE



características de cem ou mais anos atrás.

O espaço passou a ser considerado um símbolo de poder político e não propriamente um recurso natural de interesse social. A indiferença pelas grandes extensões improdutivas, tornou-se uma atitude normal. A transferência destes hábitos para os povoados foi uma consequência lógica. As cidades herdaram a desorganização e o desperdício das zonas rurais.

Ajustando-se o latifúdio ao sistema de trabalho denominado "quarta", "terça" ou "meia", surgiu a classe do camponês marginal que foi somar-se ao índio domesticado e ao negro "libertado".

A "falta" de terras, de trabalho e os períodos de seca fizeram com que acorescem às vilas e cidades, surgindo assim uma classe urbana de marginais.

Ao passar dos tempos consolidam-se as classes econômicas dirigentes dentro do NE delimitando-se, inclusive, em áreas político-administrativas sem maior ajustamento ao quadro natural da Região.

As poucas modificações nos meios de produção do campo não deram lugar a alterações no processo contínuo da migração campo-cidade, fazendo com que um pequeno grupo de cidades crescesse rapidamente. Ao mesmo tempo institucionalizava um numeroso grupo de aglomerados semi-urbanos ao nível de *sede-municipais*, tornando-se verdadeiros feudos dos grupos que se revezam na administração local.

Em síntese, as cidades mais importantes do NE, aquelas em que o ho-

mem, ainda que marginalizado, disputa as melhores oportunidades em situação menos submissa e aviltante; aquelas cidades que distribuem, mais democraticamente, os serviços e que iniciaram a troca de sua base econômica rural pela industrial, não ultrapassaram a faixa litorânea. Apenas um ou outro centro conseguiu romper a estrutura paralizante que secularmente domina o sertão, para ali implantar-se.

Urbanização e a Estratégia Espacial de Desenvolvimento

Através de uma visão panorâmica, os Centros Administrativos do NE parece não se ajustarem à distribuição dos recursos naturais e humanos no quadro natural. Com exceção da cidade de Teresina, única planejada no NE e que teve previamente seu sítio determinado, as demais parecem demasiadamente deslocadas no espaço, para exercerem uma eficaz ação administradora do território e dinamizadora de sua região. Analisando as posições litorâneas dos Grandes Centros Urbanos do NE, verifica-se que os mesmos também não funcionam como centros de um regular território voltado para si. Estão dispostos um próximo do outro, deixando, em cada Estado, vastas regiões sem comando, onde prevalece a estagnação social das nucleações esparsas e o vazio demográfico e econômico. No centro do Maranhão apenas apontam os primeiros centros de maior vitalidade, tais como Caxias e Bacabal; no Piauí, Floriano e Parnaíba; no Ceará, em especiais condições locais, mas ainda sem um efetivo relacionamento, a unidade geoeconômica do Cariri (Crato e Juazeiro

do Norte); constitui o aglomerado do interior mais importante do NE; no Rio Grande do Norte, Mossoró comanda uma região, ainda predominantemente litorânea; na Paraíba a posição mais estratégica de Campina Grande deu-lhe condições de um desenvolvimento mais efetivo que a capital do Estado; na Bahia os centros importantes despontam na faixa litorânea quase linearmente, ficando enorme território sem um centro de maior domínio.

Por outro lado, também a divisão político-administrativa porta-se de maneira desfavorável obstaculizando as relações administrativas e comerciais de regiões que constituem unidades geo-econômicas.

Associando estas observações ao que foi dito sobre tendências de crescimento e localizações das cidades do NE pode-se concluir que a localização dos atuais centros do Nordeste em 1970 ainda procedem de um passado ligado à economia rural tradicional. A economia urbana industrial exige uma redistribuição dos centros, e, em consequência, deve favorecer uma melhor distribuição populacional, novos relacionamentos e homogeneização da ocupação.

A localização e criação de novos centros deverão influir na estruturação de uma rede urbana funcional, constituída de pontos de apoio para o desenvolvimento de polos dinamizadores da Região (²). Tal perspectiva implicaria em estabelecer uma *política de urbanização à base de polos Macro-Regionais*.

A implantação de novos centros não parece estar na dependência exclusiva

das tendências verificadas atualmente; mas nas decisões de política administrativa, alicerçadas nos estudos de redivisão territorial dos estados e no desejo de integração dos vazios demográficos e econômicos ainda existentes.

A estruturação regional é um instrumento do desenvolvimento, na qual a *cidade* é um elo essencial e ponto de irradiação de um processo reformador da região circundante.

As disparidades regionais, do NE, podem ser gradualmente corrigidas quando o espaço fôr tomado como um recurso natural, tão importante, como as reservas minerais, vegetais ou como as potenciais hidráulicas.

O espaço deve passar pelas mesmas considerações técnicas a que estão sujeitos os demais recursos no processo de planejamento. Pois, determinados pontos de um território podem ser estimulados com a intenção de despertar, de forma equilibrada, os fluxos econômicos e geográficos, desenvolvendo-se, assim, o processo de integração de áreas ainda marginalizadas.

Conjugando-se os fatores: *distribuição da população, tendências do crescimento e localização das cidades* que está intimamente relacionada com a distribuição e estrutura dos meios de produção do campo, pode-se dizer que não é crescimento populacional um obstáculo tão decisivo ao desenvolvimento econômico e social; mas este é que se tornou insuficiente para suprir as necessidades naturais do crescimento demográfico.

² Segundo F. Perroux polo é um conjunto de unidades motrizes que exercem efeitos estimulantes com respeito a um conjunto econômico territorial definido.

Esperar que as nações subdesenvolvidas planejem seu crescimento demográfico para desencadear ou acelerar o processo de desenvolvimento parece contraditório: — primeiro, porque nem as nações prósperas o fizeram; segun-

do, porque é inexecutável confiar uma tarefa tão gigantesca às nações que não planejaram a própria posse e exploração das riquezas naturais, ou mesmo, *a ocupação racional do seu território.*

SUMMARY

The social and economic development of the Brazilian Northeast has been influencing intensively in the process of urbanization, and giving way to a real "urban explosion". As the typical tendencies of underdeveloped regions show, the growth of Northeastern cities does not keep a proportional ratio with the growth of the activities of the tertiary and secondary sectors, whose increase in the supply of jobs has been much below the numbers incorporated to urban life effective every year.

For a better understanding of the urbanization problem in the Northeast, it is useful to consider the following points:

1) The distribution of the urban population of Northeast, compared with that of the whole country, is inferior to the national average. In this way, while in 1950 the participation of the urban population for the whole country was 31%, in the Northeast it was only of 26%. In 1960 these averages were 39% for the country and 34% for the region, and in 1970, 45% and 42% respectively.

2) The second point is the space distribution. Established a division of three great geographical areas, showed a concentration of 63.3% on the litoral strip (considered as stretching as far as 100 km from the seashore); 21.1% distributed on the intermediary strip (which goes as far as 300 km from the seashore), and only 16.6% on the hinterland.

3) Region classification, according to the dimensioning of its population and conditions as service centers, have provided rather enlightening conclusions. Among 999 cities classified by populational distribution frequencies, 77 encompassed 67.9% of the urban population. The remaining 922 counted with only 32% of the urban population.

Another aspect to be considered is the location of the cities. In the Northeast, the more important cities do not overpass the seashore strip. In the hinterland, only a few urban centers succeeded in getting through the paralyzing structure that has been dominating that region for centuries.